

## Quadro de pessoal sectorial da Delegação do Instituto Nacional do Emprego e Formação Profissional de Nampula

Designação	Órgão Provincial	Distritos											Total
		Nacala	Angoche	3	4	5	6	7	8	9	10	11	
<b>Carreiras e funções:</b>													
Funções de direcção e chefia:													
Chefe de Departamento Provincial de Emprego .....	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1
Chefe de Depart. Prov. de Formação Profissional .....	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1
Chefe de Depart. Prov. de Adm. Finan. e Pessoal .....	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1
Chefe do Centro de Emprego .....	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	3
Chefe do Centro de Formação Profissional .....	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	3
Chefe de Repartição Provincial .....	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1
Chefe de Secção Provincial .....	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1
Subtotal .....	7	2	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	11
<b>Carreira de regime geral:</b>													
Técnico .....	4	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	4
Assistente técnico .....	12	2	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	16
Auxiliar administrativo .....	6	2	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	10
Operário .....	4	1	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	6
Agente de serviço .....	6	2	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	10
Auxiliar .....	6	1	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	8
Subtotal .....	38	8	8	0	0	0	0	0	0	0	0	0	54
<b>Carreira de regime especial:</b>													
Técnico profissional de administração de trabalho .....	10	1	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	12
Assistente técnico de administração de trabalho .....	21	2	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	25
Subtotal .....	31	3	3	—	—	—	—	—	—	—	—	—	37
Total geral .....	76	13	13	0	0	0	0	0	0	0	0	0	102

## Diploma Ministerial n.º 115/2005

de 10 de Junho

Havendo necessidade de se acrescentar mais lugares ao quadro de pessoal sectorial do Gabinete Provincial de Prevenção e Combate à Droga de Tete, ao abrigo do disposto no artigo 19 do Decreto n.º 64/98, de 3 de Dezembro, os Ministros da Administração Estatal e do Plano e Finanças determinam:

Único. São acrescidos ao quadro de pessoal sectorial do Gabinete Provincial de Prevenção e Combate à Droga de Tete aprovado pelo Diploma Ministerial n.º 166/2002, de 25 de Setembro, 6 lugares para a carreira de técnico profissional e 3 lugares para a de técnico profissional em administração pública.

Maputo, 31 de Dezembro de 2004. — O Ministro da Administração Estatal, *José António da Conceição Chichava*. — A Ministra do Plano e Finanças, *Lúsa Dias Diogo*.

## Adenda ao quadro do pessoal sectorial do Gabinete Provincial de Prevenção e Combate à Droga de Tete

Designação	Gabinete provincial	Total
<b>Carreiras de regime geral:</b>		
Técnico profissional em administração pública .....	3	3
Técnico profissional .....	6	6
<i>Subtotal</i> .....	9	9
<i>Total geral</i> .....	9	9

## MINISTÉRIO DOS RECURSOS MINERAIS

## Despacho

Aos 6 de Agosto de 2001 foi emitida a favor da Sociedade Minas Chipanga, Lda., a Concessão Mineira n.º 113/C/2001, válida até 6 de Agosto de 2011. (Posteriormente transformada em Concessão Mineira n.º 425C à luz da nova Lei de Minas).

Ao abrigo da referida Concessão Mineira, e a título de “Obrigações do titular da Concessão” a Sociedade Minas Chipanga, Lda., ficou adstrita nomeadamente às seguintes obrigações:

- Realizar e desenvolver a exploração mineira em conformidade com o programa de operações mineiras e com os programas anuais submetidos e aprovados pelo Ministério;
- Demarcar e manter a área mineira em estado seguro em conformidade com o disposto no artigo 36 do Regulamento da Lei de Minas aprovado pelo Decreto n.º 13/87, de 24 de Fevereiro em vigor no momento da emissão da Concessão Mineira;
- Efectuar o pagamento do imposto de produção;
- Dar início à produção na data prevista no programa das operações mineiras informando o Ministro do começo da produção comercial;

- e) Apresentar o programa das operações mineiras para a implementação da exploração da mina; (Planos de lavra anuais).

Sucede porém que, desde o início da exploração da mina, se tem verificado problemas de segurança no subsolo, resultantes de dificuldades financeiras da empresa, o que tem posto em perigo a vida dos trabalhadores. A Sociedade Minas Chipanga, Lda., requereu e foi-lhe autorizada em 19 de Junho de 2001, a título excepcional a exploração do painel n.º 1 do piso 220, mediante adopção de certas medidas de segurança por um período de 6 meses, na condição de ser submetido posteriormente a um plano de exploração a ser aprovado pelo Ministério.

Verifica-se o não cumprimento das obrigações acima enumeradas por parte da Sociedade Minas Chipanga Lda., para além de a Mina Chipanga XI se encontrar em situação de não produzir em pleno pois que, a empresa demonstra não possuir capacidade técnico-financeira para levar a bom termo a exploração mineira.

Nos termos do n.º 6 do artigo 15 da Lei de Minas, (Lei n.º 14/2002, de 26 de Junho) para além das obrigações constantes do título mineiro, constituem entre outros, deveres do titular da concessão mineira:

- f) Manter a área e as operações mineiras em estado seguro, em conformidade com os regulamentos de saúde e segurança mineira.

Em conformidade com o disposto no n.º 7 do artigo 15 da Lei n.º 14/2002, de 26 de Junho (Lei de Minas) a Concessão Mineira pode ser revogada se o seu titular não observar o disposto no n.º 2 e nas alíneas a), b) ou g) do n.º 6 do artigo 15 da Lei de Minas.

Estabelece ainda o n.º 2 do artigo 112 do Regulamento da Lei de Minas, aprovado pelo Decreto n.º 28/2003, de 17 de Junho, que haverá lugar à revogação imediata com base na falta de pagamento do imposto sobre a superfície ou sobre a produção se após cento e vinte dias da data em que o imposto é devido, o titular mineiro não efectuar o referido pagamento, acrescido dos juros de mora legalmente estabelecidos. A Sociedade Minas Chipanga Lda., foi por diversas vezes notificada por carta para proceder ao pagamento dos impostos sobre a produção e sobre a superfície referente aos anos 2002 e 2003, tendo apenas efectuado pagamento parcial do imposto sobre a produção.

Nestes termos e no uso das competências que me são conferidas pelo n.º 1 do artigo 3 do Regulamento da Lei de Minas, determino:

1. É revogada a Concessão Mineira n.º 425 C.

2. A revogação da Concessão Mineira acima referida não prejudica o cumprimento das obrigações assumidas ao abrigo da mesma em conformidade com o disposto no n.º 3 do artigo 24 da Lei de Minas.

3. Para os efeitos do disposto no número anterior o Estado reserva-se ao direito de retenção nos termos do disposto no artigo 754 do Código Civil.

4. O presente despacho produz efeitos imediatos.

Maputo, 22 de Março de 2005. — A Ministra dos Recursos Minerais, *Esperança Laurinda Francisco Nhiuane Bias*.

## MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

### Diploma Ministerial n.º 116/2005

de 10 de Junho

No intuito de desenvolver um sistema integrado de pesquisa, produção e de gestão do conhecimento no domínio das águas visando impulsionar o desenvolvimento sustentável e redução da pobreza e ao abrigo do disposto no artigo 1 do Decreto Presidencial n.º 17/2005, de 31 de Março, o Ministro da Ciência e Tecnologia determina:

Artigo 1. É criado o Conselho Científico das Águas, adiante designado CCA.

Art. 2. O CCA é um órgão consultivo e de assessoria do Ministro que superintende o sector da ciência e tecnologia.

Art. 3. São funções do CCA:

- a) Elaborar uma visão estratégica sobre o desenvolvimento científico e tecnológico no domínio das águas, em todas as suas vertentes;
- b) Identificar áreas de investigação de grande importância científica e com maior impacto no desenvolvimento sócio-económico sustentável e na redução da pobreza e promover projectos de investigação nestas áreas;
- c) Definir e implementar os processos de avaliação das propostas e acompanhamento dos projectos de investigação com financiamento do MCT, que científica, técnica e socialmente se revelem importantes, ouvidas as instituições interessadas;
- d) Propor ao Ministro de tutela a atribuição de fundos para os projectos seleccionados;
- e) Promover a divulgação e a disseminação dos resultados de investigação e a sua aplicação;
- f) Assegurar o interesse e a compreensão dos parceiros de cooperação e mobilizar recursos, públicos e privados, para as actividades do Conselho Científico das Águas.
- g) Elaborar o plano, o orçamento de funcionamento e o relatório anual de actividades que serão tornados públicos, depois de aprovados pela tutela;
- h) Aconselhar, a pedido da tutela ou por iniciativa própria, sobre assuntos estratégicos no domínio das águas;
- i) Coordenar as suas actividades com os demais intervenientes e consultar, no exercício das suas funções, as partes interessadas, garantindo assim a relevância das suas actividades e o seu suporte social.

Art. 4. O CCA submeterá à aprovação do Ministro que superintende o sector da ciência e tecnologia o seu Regulamento de funcionamento.

Art. 5. O CCA funciona no Ministério da Ciência e Tecnologia.

Ministério da Ciência e Tecnologia, em Maputo, 14 de Abril de 2005. — O Ministro da Ciência e Tecnologia, *Venâncio Simão Massingue*.